Psicologia Social em periódicos acadêmicos (2009-2012): uma reflexão sobre as práticas discursivas no Rio Grande do Sul

Social Psychology in academic journals (2009-2012): a reflection on discursive practices in Rio Grande do Sul.

Karen Nunes Montes D'Oca; Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RESUMO:

O objetivo deste estudo é discutir a diversidade epistemológica e os critérios de cientificidade presentes nas publicações em periódicos (2009-2012) na área de Psicologia Social. Para fazer essa discussão, realizamos uma pesquisa documental que associa as publicações de professores-pesquisadores de Programas de Pós-Graduação instituídos no Rio Grande do Sul com as classificações *Qualis* periódicos formulada pela CAPES. Desse modo, buscamos contribuir com as discussões sobre os processos sociais que propiciam os protagonismos epistemológicos.

Palavras-chave: Psicologia Social; *Qualis* periódicos; protagonismos epistemológicos.

ABSTRACT:

The aim of this study is to discuss the epistemological diversity and the scientific criteria presented in journal publications (2009-2012), in the area of Social Psychology. To formulate this argument, a desk research was conducted associating the publications of research professors of post-graduate programs, established in Rio Grande do Sul with “*Qualis* periodicals” classifications formulated by the CAPES Program. This study seeks to contribute to discussions about the social processes that provide epistemological protagonisms.

Key-words: Social Psychology; *Qualis* periodicals; epistemological protagonisms.

A falta de consenso epistemológico (ou a diversidade de concepções epistemológicas) em Psicologia Social, mesmo na modernidade, encontra-se retratada por historiadores da Psicologia Social como Farr (2000) e Álvaro e Garrido (2006), os quais mostram a concorrência entre as epistemologias, tanto nos projetos de torná-la ciência como no desenvolvimento da disciplina. Esses historiadores apontam que a divergência entre a Psicologia Social Sociológica e a Psicologia Social Psicológica não se deve apenas à diferença dos “objetos de estudo”, indivíduo ou sociedade, nem apenas em relação às “disciplinas-mães” em que a Psicologia Social se desenvolveu, “Psicologia” ou “Sociologia”, mas a uma diferença de perspectiva. Esses estudos históricos, logo, nos mostram a bifurcação epistemológica em Psicologia Social como raiz de uma diversidade epistemológica que proliferou no século XX.

Pela Filosofia da Ciência, a Psicologia Social, enquanto conhecimento plural, não pode ser considerada uma ciência unitária, pois, diferentemente das ciências naturais e exatas, nem na modernidade conseguiu instituir leis gerais para o conhecimento da interação humana (GERGEN, 2008). Consequentemente, sua história não pertence ao gênero “história da ciência”. Como epistemologia pluralista¹, a Psicologia Social pertence ao gênero “história da cultura”, onde cultura remete a práticas sociais de pensamento psicológico de longa duração (ABIB, 2009). Como história da cultura, a Psicologia Social nos revela diferentes tradições do pensamento psicológico social diante da ideologia de uma determinada época, bem como os diferentes protagonismos epistemológicos de um tempo, os quais se sustentam na base da ideologia e dos valores do contexto espaço-temporal.

Pela análise histórico-cultural, percebemos que os protagonismos de determinada epistemologia mudam conforme a ideologia do tempo-território analisado. Essa inter-relação é mostrada por Farr (2000) em vários momentos, como, por exemplo, o desenvolvimento da Psicologia Social nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial pela sua colaboração teórico-técnica no gerenciamento das tropas militares americanas. Outro exemplo dado pelo autor é a divisão de formas rivais de “ciência”, *Wissenschaft*: as “ciências naturais”, *Naturwissenschaften*, e as “ciências do espírito”, *Geisteswissenschaften*, ou seja, as ciências humanas ou sociais na Universidade de Berlim no início do século XX. Para o historiador, essa separação das ciências levou Wundt (1832-1920) a distinguir sua Psicologia experimental, *Physiologische Psychologie*, de sua Psicologia dos povos, *Völkerpsychologie*. Essas mudanças nos protagonismos epistemológicos vinculados às vicissitudes e às contingências histórico-ideológicas põem a nu as pretensas pressuposições de “verdade” e “neutralidade” científica, expondo, assim, os valores ético-políticos que sustentam os protagonismos epistemológicos (HERNANDEZ; SCARPARO, 2009), bem como a negociação histórico-social dos critérios que compõem a ciência (GERGEN, 2009; LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Portanto, devido ao fato de os protagonismos epistemológicos dependerem da afirmação dos valores ético-políticos de determinado tempo-território, a história da cultura nos mostra que as tradições de pensamento em Psicologia Social não possuem nenhum *status* diferenciado dos demais saberes e fazeres de uma época, pois os conhecimentos em Psicologia Social não são produtos de uma interação isolada entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, mas de um intercâmbio entre linguagens

sociais que ocorre no empreendimento ativo entre pessoas situadas histórica e culturalmente (GERGEN, 2009). Ademais, a importância do conhecimento em Psicologia Social está justamente no fato desse conhecimento ser uma prática social que gera efeitos no comportamento social, na medida em que produz compreensões da realidade (GERGEN, 2008). Nessa perspectiva, entendemos que os conhecimentos em Psicologia Social não são meros predicados ou representações mentais, mas ações que interferem no comportamento das pessoas e que, portanto, têm de ser avaliadas pelos efeitos que provocam. Assim, pela perspectiva da história da cultura, podemos ver que as tradições de pensamento em Psicologia Social não dizem respeito à validade ou não da “verdade” em questão, mas à linha de ação social que determinada “verdade” propõe. Dessa forma, não se trata de uma epistemologia experimental, mas de uma epistemologia social (GERGEN, 2009), na medida em que esses conhecimentos dependem de circunstâncias histórico-culturais (GERGEN, 2008).

O conhecimento da história de nossos saberes e fazeres vai além de revelar as implicações históricas dos protagonismos epistemológicos do nosso conhecimento, pois opera como estratégia para refletir sobre nosso comprometimento ético e político com a sociedade que estamos a produzir com nosso conhecimento. Assim sendo, é abandonando a pretensa ideia de neutralidade e visualizando os efeitos nefastos que as teorias tradicionais² da Psicologia produzem na sociedade que começamos a nos comprometer com valores que preconizam uma sociedade mais democrática e justa (HERNANDEZ; SCARPARO, 2009). Isso acarreta a difícil, mas necessária, tarefa de assumir que as práticas da Psicologia Social podem estar tanto comprometidas com a manutenção do poder instituído, instaurando condutas “desejáveis”, como comprometidas na potencialização de intenções, posicionamentos e ações que subvertem os padrões instituídos. Desse modo, os pesquisadores em Psicologia Social já não podem mais alegar que são vítimas dos fatos ou da história da cultura, pois são agentes de um conhecimento que, por construir verdades sobre o mundo, deve continuamente refletir sobre a consequência social preconizada pelos nossos saberes e fazeres (GERGEN, 2009).

Nessa perspectiva, nos perguntamos: quais são os atuais protagonismos teóricos, epistemologias e critérios de cientificidade que emergem nos textos publicados em periódicos em Psicologia Social no Rio Grande do Sul? Para se responder essa pergunta, é preciso em primeiro lugar prestar atenção na diversidade de protagonismos

existentes e, num segundo momento, tentar detectar aquilo que faz com que uma teoria, uma epistemologia ou um critério de cientificidade seja ou não protagonista.

Assim, as diversidades epistemológicas são dirimidas nas convenções e regras socialmente situadas (M. J. SPINK; MENEGON, 2004), o que acarreta a hierarquização das diferenças e a consequente hegemonia de linhas teóricas, critérios de cientificidade e de abordagens para pesquisa. O mesmo processo é evidente através da construção de um sistema de classificação de publicação acadêmica, sistema cujo melhor representante em nosso tempo é o *Qualis* periódicos. O *Qualis* periódicos consiste em um conjunto de critérios que visam a aferir a qualidade da produção discente e docente no âmbito da Pós-Graduação nacional (COSTA; YAMAMOTO, 2008) e, para isso, classificam e hierarquizam a produção acadêmica. Então, cabe destacar que também as diferenças dessa classificação não podem ser compreendidas sem a consideração dos contextos nos quais se inscrevem, o que justifica pensar na História como possibilidade de compreensão desse tema.

Dessa forma, mostra-se instigante nos propormos a analisar os protagonismos das práticas em Psicologia Social indexados (M. J. SPINK; MENEGON, 2004) às políticas *Qualis* periódicos brasileiras. Nesse sentido, concordamos com Rose (2011) que os Estados Democráticos de Direito, como o Brasil, governam os comportamentos através da prescrição de condutas, ou seja, as políticas *Qualis* periódicos, ao prescreverem o que é “desejável” que os docentes e discentes da Pós-Graduação produzam (artigos em periódicos), bem como onde publiquem, estão participando da produção do contexto linguístico que interfere nos modos de pensar e fazer Psicologia Social. Portanto, entendemos que as políticas *Qualis* periódicos consistem em um aparato governamental que proporciona protagonismos teóricos, epistemologias e critérios de cientificidade que reforçam os valores necessários para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Assim, intencionamos com este trabalho mostrar que na Psicologia Social do Rio Grande do Sul as políticas *Qualis* periódicos da área da Psicologia da CAPES valorizam os critérios de cientificidade característicos da epistemologia experimental, na medida em que preferem periódicos que seguem critérios de qualidade característicos dessa epistemologia. No entanto, argumentamos que o protagonismo de tais critérios de cientificidade não se deve ao seu rigor metodológico, mas ao fato de que tal epistemologia produz um conhecimento que prescreve padrões de conduta úteis para o controle social (GERGEN, 2009) nos Estados Democráticos de Direito. Dessa forma, a

“verdade” entoada por tal conhecimento depende dos interesses sociais (dentro das comunidades “científicas” da própria disciplina) e estatais, os quais só ocupam lugar de protagonismo porque reiteram e publicizam valores necessários para governar a sociedade e, ao mesmo tempo, manter a ilusão da ideia de “liberdade” e “direito à privacidade” no estado brasileiro (ROSE, 2011).

Com efeito, os protagonismos epistemológicos da Psicologia Social devem ser interpretados através de redefinição da relação entre Psicologia Social e Política, o que nos leva à tese formulada por Ibáñez Gracia (1983: 97), que diz: “la Psicología Social es directa, intrínseca, total y fundamentalmente política”. Com essa tese, o autor ousa sair da simples afirmação de que a Psicologia Social está relacionada com a política porque não há uma relação de subordinação ou dependência entre as duas, já que, segundo Ibáñez Gracia (1983), a Psicologia Social é condição para a regulação política e, logo, está incluída na política. Desse modo, o autor deseja levar até as últimas conseqüências a relação entre Psicologia Social e Política, pois entende que a Psicologia Social pertence à política e que os efeitos, a natureza e as práticas da Psicologia Social são todos políticos.

Assim, a pesquisa em Psicologia Social consiste em uma ação política, pois permite tanto a manutenção do *status quo* como a transformação social. Logo, essa ação política implica controlar ou incidir sobre convicções sociais (políticas e ideológicas).

Procedimentos metodológicos

Realizamos uma pesquisa documental de caráter reflexivo e especulativo, a qual utiliza os periódicos como uma fonte “presentativa” (de estar presente) pela qual os processos sociais e as práticas interpretativas da disciplina de Psicologia Social se fazem presentes no tempo-território estudado (P. SPINK, 2004). A pesquisa documental oportuniza analisar as publicações em periódicos como modos oficialmente instituídos de expressar contextos linguísticos de construção da realidade, os quais deflagram os posicionamentos ético-políticos dos saberes e dos fazeres dos pesquisadores em Psicologia Social. Dessa forma, o “foco” do interesse nesse tipo de fonte, tomada como documento de domínio público, deixa de ser a revisão e a compilação de literatura que se atêm apenas ao conteúdo textual, uma vez que passa a ser a implicação ético-política dos protagonismos epistemológicos, implicação essa que tenta visibilizar tanto o dito como o não dito engendrados no tempo-território estudado (P. SPINK, 2004). Destarte, a pesquisa documental fundamenta-se no estudo das vicissitudes, contingências e

circunstâncias dos processos sociais, a fim de descrever e propor interpretações dos valores dos “termos” produzidos pelo conhecimento.

Assim, os procedimentos metodológicos de “coleta de dados” e de “análise dos dados” são construídos a partir de critérios de *indexicalidade*³ que propiciem a descrição e interpretação do *corpus* produzido nesta pesquisa documental. Nessa perspectiva, a *indexicalidade* revela que nossas escolhas interpretativas são uma possibilidade na medida em que poderiam ser feitas outras opções; ademais, revela as especificidades do tempo-território estudado; e, além disso, publiciza nossa intencionalidade relativa aos direcionamentos propostos (M. J. SPINK; MENEGON, 2004).

Como território, a opção metodológica foi por pesquisar as publicações em periódicos citadas nos currículos *lattes* de professores-pesquisadores de três PPGs de Psicologia do Rio Grande do Sul: o PPG de Psicologia da PUCRS; o PPG de Psicologia da UFRGS; e o PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, sendo que neste território nos interessava especificamente identificar as produções dos professores-pesquisadores da Psicologia Social. Dada a diversidade de definições de Psicologia Social, optamos por trabalhar com a definição proposta por Lane (1996), que, em uma entrevista, esclarece que mesmo que toda a Psicologia seja Social, a Psicologia Social não pode deixar de existir, pois o “social” é um estímulo à “reflexão crítica das práticas da Psicologia e das teorias psicológicas e suas conseqüências” (LANE, 1996: 5). Nessa esteira, nosso “critério” para a escolha do professor-pesquisador foi o pertencimento ao PPG, à linha de pesquisa ou à área de concentração que utilizasse o termo “social”⁴. Assim sendo, o *corpus* da pesquisa foi formado pelas publicações em periódicos citadas nos currículos *lattes* de 29 professores-pesquisadores dos três PPGs mencionados.

De outra parte, como estávamos interessados em quais os protagonismos teóricos, epistemológicos e critérios de cientificidade que vigoram na pesquisa em Psicologia Social no Rio Grande do Sul, definimos como passo metodológico detectar os protagonismos teórico-epistemológicos propiciados pelos critérios *Qualis* periódicos e fixamos o ano de 2009 como o começo da pesquisa, pois nesse ano houve importantes mudanças no *Qualis*. Por um lado, a Comissão da área de Psicologia da CAPES passou a classificar não apenas os periódicos brasileiros, mas também os internacionais e os das mais diversas áreas do conhecimento nas quais os professores e/ou os discentes dos PPGs de Psicologia viessem a publicar. Por outro lado, foram criados critérios de classificação baseados na valorização dos periódicos que estão indexados em bases internacionais e que possuíssem condição para se tornar referência internacional na área

de Psicologia (Critérios do *Qualis* de Periódicos – Área da Psicologia, 2009). Destarte, a delimitação cronológica do *corpus* desta pesquisa compreende os anos de 2009 a 2012, ano em que esta pesquisa foi iniciada.

Ademais, devido à mudança nos critérios *Qualis*, alterou-se a nomenclatura dos estratos, passando a ser: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C⁵. A hierarquia *Qualis* acarreta então a valoração “quantitativista” da publicação em periódicos, na medida em que cada estrato apresenta a “cotação” valorativa em relação aos critérios de “qualidade” esperados pela comissão de avaliação da área de Psicologia e pelo aparato governamental (entendendo a CAPES como instância “representativa” dos interesses governamentais), visibilizados pela hierarquia dos “pesos: A1 – 100; A2 – 85; B1 – 70; B2 – 60; B3 – 40; B4 – 30; B5 – 10; C – 0” (Documento de área da Psicologia – CAPES, 2009: 3). A hierarquia *Qualis* periódicos incide não só no *status* do *ranking* tri-anual dos PPGs de Psicologia brasileiros como também na quantidade de “investimento” que o PPG receberá das agências governamentais. A hierarquia *Qualis* periódicos também valora o “mérito” de cada professor-pesquisador, pois influencia na disputa de recursos financeiros para custear projetos de pesquisa, bem como na possibilidade de se ser “contemplado” com bolsas de pesquisa. Dizemos isso para mostrar a importância que se atribui à hierarquia dos “critérios” *Qualis* na visibilização de alguns de seus efeitos, bem como o modo como são definidos os protagonismos epistemológicos a partir da mercantilização das produções em Psicologia Social.

Em acréscimo, é importante observar que, para produzir uma visibilidade da função do *Qualis* na produção das hierarquias entre diferentes epistemologias da Psicologia Social, utilizamos a abordagem teórico-metodológica das práticas discursivas, a qual compreende que a linguagem, enquanto uma prática situada social e historicamente, deve ser descrita e interpretada na interface entre os aspectos performáticos e as condições de produção (M. J. SPINK, 2004; M. J. SPINK; MEDRADO, 2004). Assim, optamos por utilizar os estratos do *Qualis* como um posicionamento identitário (condição de produção) a partir do qual os repertórios interpretativos e os gêneros de fala revelam as práticas discursivas. Mediante a tomada dos estratos como posicionamentos identitários, buscou-se analisar a diferença entre as práticas discursivas dos professores-pesquisadores e, conseqüentemente, detectar no contraste entre as práticas discursivas os possíveis sentidos da hierarquia entre diferentes posicionamentos teóricos e epistemológicos. Dito de outra forma, pretendeu-

se analisar a tensão entre esses posicionamentos, que se materializa na hierarquia dos estratos; afinal os estratos, na medida em que refletem posicionamentos identitários, revelam mais do que apenas a excelência ou não excelência do fazer acadêmico e mais do que um fazer científico desejável, pois revelam nossa implicação político-ideológica como pesquisadores em Psicologia Social, implicação que permeia tanto nossa escolha teórico-metodológica quanto nossa escolha pela comunidade de *pares* a que queremos pertencer.

Nessa esteira, foram analisados os diferentes posicionamentos teórico-epistemológicos a partir do contraste nas práticas discursivas entre estratos extremos. Ou seja, foram analisados os posicionamentos teórico-epistemológicos nas publicações presentes em A1 (extremo superior da classificação *Qualis*) comparativamente aos posicionamentos nas publicações em periódicos *Qualis* B5 e C (extremos inferiores da classificação *Qualis*).

Dessa forma, das 557 publicações em periódicos encontradas nos currículos *lattes* dos professores-pesquisadores do Rio Grande do Sul entre os anos de 2009-2012 (incluindo os formatos de publicação: artigos, ensaios, relatos de experiência e textos), nosso *corpus* consistiu de 30 publicações em periódicos A1, 41 em periódicos B5 e 4 em periódicos C. As publicações foram classificadas a partir da tabela *Qualis* periódicos da Psicologia gerada através da plataforma WebQualis da CAPES⁶.

Após identificar os estratos *Qualis*, foi feita uma tabela no Microsoft Excel, para que pudéssemos identificar quais as linguagens, os termos e os repertórios interpretativos utilizados pelos professores-pesquisadores para descrever e/ou explicar o mundo em que vivem. Essa tabela foi feita a partir das seguintes categorias⁷: estrato *Qualis*, periódico, autor(es), título, ano, idioma, palavras-chave, gênero de fala, objetivo, *corpus*, teoria, método, instrumento de coleta, instrumento/teoria de análise de dados, observações e trechos interessantes. A tabela foi separada por estratos para que se visualizasse melhor as semelhanças em cada estrato, bem como as diferenças entre eles.

Uma vez elaborada a tabela, procuramos as publicações na internet (no caso das publicações de acesso livre), no site da biblioteca da PUCRS (no das publicações em base de dados de acesso limitado) e na biblioteca da PUCRS (quando das publicações impressas que a biblioteca mantém no acervo). Depois disso, procedemos à leitura das publicações e ao registro dos dados das mesmas na tabela elaborada.

Assim, foi possível identificar sensíveis diferenças tanto em relação aos

repertórios interpretativos como em relação aos gêneros de fala no contraste entre os estratos. Para fins deste artigo, essas diferenças são descritas e interpretadas pelos termos a partir dos quais as temáticas são discutidas, visando a reforçar a linha argumentativa sustentada.

Nos rastros do contexto: os diferentes modos de dizer como fazer em Psicologia Social

As diferenças nos repertórios interpretativos entre o “*Qualis* protagonista” (A1) e os “*Qualis* antagonistas” (B5 e C) revelam-se de tal modo como fossem realidades diferentes. Na medida em que temáticas semelhantes são abordadas de formas diferentes, tem-se um indicativo não apenas em relação à diferença de linguagem utilizada, mas também um indicativo de uma diferença de posicionamento ético-político no fazer em Psicologia Social. As temáticas abordadas nesses materiais podem ser agrupadas em: “adolescentes em situação de conflito com a lei”, “diagnósticos psicológicos” e “práticas psicológicas”.

Na temática “adolescentes em situação de conflito com a lei”, por exemplo, os *Qualis* antagonistas abordam a importância de o psicólogo estar atento para não reforçar o desamparo e o abandono recebidos da família e da sociedade e, assim, poder fazer uma escuta que não opere nos mesmos registros preconceituosos, a fim de que possa potencializar desejos de vida no adolescente (SOUSA; ROSA, 2010). Desse modo, os *Qualis* antagonistas realçam a importância do comprometimento ético-político do psicólogo com os efeitos de seu fazer a partir da reflexão sobre a implicação deste último.

Ao ser tratada pelo *Qualis* protagonista, a temática “adolescentes em situação de conflito com a lei” discute o problema dos “jovens infratores”, o que revela que os “adolescentes em situação de conflito com a lei” passam a ser “jovens autores de ato infracional”. Em um estudo sobre essa temática, o objetivo da pesquisa consistiu em identificar os fatores de risco e/ou proteção nas famílias dos jovens como possibilidade de compreender o “ato” do jovem (NARDI; DELL'AGLIO, 2012). Nesse estudo, a família é considerada como fator de risco (se ligada ao conflito) e/ou como fator de proteção (se ligada ao afeto e a hierarquia adequada). Dessa forma, a Psicologia Social está ideológica e politicamente engajada com a prescrição de um modelo ideal de família, pois prescreve o que é adequado e esperado destas famílias.

Outro estudo sobre a mesma temática, abordada por um periódico do *Qualis*

protagonista, investigou as variáveis individuais e familiares preditoras do comportamento anti-social nos adolescentes autores de atos infracionais (PACHECO; HUTZ, 2009). Tal pesquisa, através de entrevistas individuais estruturadas, conclui que as práticas educativas “não interferência”, “aconselhamento” e “punição física” são consideradas preditoras do comportamento infrator, bem como o número elevado de irmãos, cometimento de delitos pelos familiares e uso de drogas por adolescentes e familiares (PACHECO; HUTZ, 2009). Sugerem um treinamento para pais para aprender as práticas educativas (PACHECO; HUTZ, 2009). Desse modo, assim como a anterior, também explica que a autoria de atos infracionais tem como base o (não-) modelo de família do adolescente. Logo, ao fornecer um conhecimento sobre a importância das práticas educativas familiares, responsabilizam a família pelos comportamentos “anti-sociais” do adolescente. Com efeito, também aqui a Psicologia Social aparece de forma engajada, na medida em que está comprometida ideologicamente com valores que refletem políticas governamentais de estado bem como o modelo de uma epistemologia experimental, que é justamente o mais valorizado pelo *Qualis*.

As publicações dos periódicos A1 se mostram prescritivas e preditivas, de modo que o problema é algo que não está no psicólogo, mas na família ou ambiente dos jovens. De outra parte, interessantemente, a publicação em periódico de *Qualis* antagonista reflete a mesma temática, realçando também o papel do psicólogo como alguém que não está fora do problema (predizendo soluções e oferecendo modelos e exemplos), mas como alguém que está dentro dele e que pode, inclusive, vir a potencializá-lo. Isso revela que a reflexão sobre a prática do psicólogo parece ter menos ressonância que estudos preditivos, pois sugere que uma Psicologia Social que se mostra questionadora e reflexiva não estaria no patamar de uma “ciência inquestionável”, tampouco teria o caráter de verdade suposto pelo imaginário social.

A temática “diagnósticos psicológicos”, enquanto um instrumento que historicamente está associado ao poder avaliativo da prática psicológica, é outra temática que salta aos olhos na análise do *corpus*. De fato, são frequentes nas publicações em *Qualis* protagonistas práticas de pesquisas que buscam adaptar, validar e/ou utilizar instrumentos que avaliem e diagnostiquem os comportamentos, sentimentos e desejos sociais. Instrumentos como Scales of Parental Responsiveness and Demandingness⁸, Rosenberg Self-Esteem Scale⁹ (SES), Children's Depression Inventory¹⁰ (CDI) (REPPOLD; HUTZ, 2009), Teste de Desempenho Escolar, Escala

Multidimensional de Satisfação de Vida – EMSV, Mapa dos Cinco Campos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010) e Family System Test¹¹ (FAST) (NARDI; DELL'AGLIO, 2012) são instrumentos que, dito brevemente, “servem” e, logo, têm uma inequívoca utilidade para o fazer psicológico na medida em que permitem definir o padrão de normalidade/anormalidade dos comportamentos - o que é algo altamente desejável quando se tem como norte uma prática generalizante e preditiva que possibilita a prescrição de procedimentos terapêuticos e comportamentos sociais considerados adequados.

Em contraposição, os interesses em questão nas publicações em periódicos de *Qualis* antagonistas criticam a pretensa utilidade das práticas diagnósticas e valorizam as potencialidades e especificidades das pessoas. Uma publicação analisada relata as últimas obras de arte produzidas por um "morador" do Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre/RS) por várias décadas, pela ótica do pesquisador que, através de uma escrita delicada (poética), discorre sobre a potência da obra do morador. Compara as obras do “morador” com as obras de pintores renomados, ao invés de fazer a comparação com os autores da psicopatologia. Aliás, o pesquisador faz uma crítica à prática diagnóstica do ufanismo da técnica e à prática de enclausuramento, na medida em que ambas são surdas às falas dos pacientes. Além disso, o pesquisador escreve sobre sua emoção com as obras, sobre a concentração do morador ao pintá-las, sobre o silêncio do pintor. Através dessa publicação, vê-se que o mais importante para o pesquisador é resgatar a dignidade de um homem, (dignidade) que outrora fora tirada pelas práticas diagnósticas e de enclausuramento. Relatar a potência artística de um morador que fora enclausurado e silenciado por mais de 60 anos é explodir o ufanismo da tecnização e, dessa forma, contribuir para uma prática psicológica que leve em consideração o que o outro tem a dizer (SOUSA, 2010). Todavia, ao ser publicado por um periódico B5, não parece ser um desejo dos atuais padrões nacionais de excelência, que valorizam estudos sobre diagnósticos em vez de colocar em discussão os próprios diagnósticos e a própria psicopatologia.

Em outro estudo, também publicado em periódico *Qualis* antagonista, o mesmo autor acima mencionado faz uma crítica à psicopatologia dos tempos atuais, na medida em que se tornou uma técnica de saber fazer que faz com que o ato analítico torne-se repetitivo e cansativo. Dessa forma, a psicopatologia não só retira a responsabilidade do ato analítico, mas também pretende cercar os atos de criação e reflexão (SOUSA,

2012). Assim, como crítica a formas definidas e acríticas, o autor defende que o trabalho do psicólogo deve se assemelhar ao trabalho do artista, ou seja, deve ser um ato criativo e fundamentalmente crítico, que tenha um compromisso ético, político e social com seu tempo.

Outro estudo, publicado em periódico antagonista, também critica o uso diagnóstico que ocorre de forma descompromissada e, conseqüentemente, sem pesar os efeitos no rumo das vidas das pessoas. Assim, os autores criticam a utilização dessa prática social no âmbito da escola especial como “oráculo”, pois pressupõe uma essência, ou seja, a utilização automatizada que desvela uma natureza do comportamento e chancela uma consequência previamente estabelecida. Entretanto, propõem a responsabilização de quem utiliza o diagnóstico e, então, a responsabilização tanto de quem diagnostica como da instituição de onde se origina o diagnóstico. Ademais, acrescentam que os diagnósticos no âmbito da escola especial devem ser concebidos como novas possibilidades de leitura e de diálogo e como uma forma potente de desarrumar certezas. Destarte, os autores acreditam que os diagnósticos devem focar na construção de possibilidades e na interpretação do professor, do terapeuta e de quem vai ler o diagnóstico e desviar-se do discurso preestabelecido e essencializado dos transtornos dos sujeitos (VASQUES; MOSCHEN, 2012).

Quanto à temática “práticas psicológicas”, as publicações em periódicos *Qualis* protagonistas propõem a legitimação da Psicologia anunciando o quanto seu saber poderia auxiliar na promoção de saúde mental e resolução de conflitos interpessoais. Uma das publicações analisadas aponta para o problema da demora no atendimento psicológico das famílias e das vítimas dos casos de abuso sexual, pois o atendimento célere evitaria transtornos mentais que frequentemente decorrem desses casos (HABIGZANG et alii., 2011). Outro estudo trata da necessidade de contratação de psicólogos em empresas que tenham adolescentes aprendizes (AMAZARRAY et alii., 2009). Na mesma esteira, um terceiro estudo analisado aponta para a importância do atendimento psicológico às mães de adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar (SANTOS; DELL'AGLIO, 2009).

De outra parte, nas publicações em periódicos *Qualis* antagonistas, é possível encontrar um estudo que vê as “práticas psicológicas” como algo a ser discutido e debatido, e não como algo que seria uma espécie de “salvação para os problemas”. Nesse estudo, há um trabalho que visa a refletir sobre o fazer psicológico, sustentando que embora existam muitas teorias críticas e muitos psicólogos que se dizem

comprometidos com o fazer crítico, os saberes e fazeres psicológicos ainda estão fortemente vinculados à compreensão reducionista do indivíduo. Os autores do estudo tratam especificamente da área de saúde mental, onde, mesmo com a política antimanicomial, as lógicas para se entender e tratar os usuários são as mesmas da lógica manicomial, já que visam a corrigir inadequações e restringir liberdades. Nessa lógica, a prática psicológica se volta à resolução da crise através do apaziguamento das tensões subjetivas, visando à busca do estado de normalidade e de adaptação aos modelos instituídos como normais. Em contraposição a esse modelo, os autores propõem uma Psicologia que tenha o constante desafio de aprender com outros saberes, produzindo articulações que possibilitem novos conhecimentos e inquietações. No entanto, não se trata de agregar disciplinas, mas de agregar novos componentes ao conhecimento, a saber, componentes tecnológicos, éticos, políticos, econômicos, estéticos e afetivos. Os autores propõem práticas que impossibilitem a reprodução do modelo manicomial e hierárquico e possibilitem o livre trânsito de forças criadoras comprometidas com as potências do coletivo, práticas que entendam que a produção da loucura é também produto sociopolítico (JAEGER; FONSECA, 2012).

Nessas temáticas que abordamos, tentamos tornar mais claro que não há possibilidade de conceber um saber em Psicologia Social que não tenha um posicionamento ético-político. Assim, ao contrário do que muitos pensam ou acreditam, a dimensão política é que torna necessária a dimensão psicológica. Nessa perspectiva, não existe psicólogo social apolítico.

Algumas Considerações...

A título de tecer algumas considerações finais, mas não por isso totalmente conclusivas, é oportuno observar, em primeiro lugar, o estatuto da Psicologia Social, pois somente uma compreensão adequada sobre o que ela é permite entendermos de que modo se construíram ao longo dos últimos quatro anos as práticas descritas nas publicações em periódicos em Psicologia Social no Rio Grande do Sul.

Por si só, a falta de consenso epistemológico em Psicologia em Social já revela uma característica marcante dessa disciplina, a saber, ela não é unitária e, logo, não pertence ao gênero “história da ciência”, mas ao gênero “história da cultura”. Por isso, sua epistemologia característica é pluralista, na medida em que revela as diferentes tradições de pensamento psicológico social diante da ideologia de uma época e os diferentes protagonismos epistemológicos de um tempo. De fato, seus conhecimentos,

como bem nota Gergen (2009), não são fruto de uma interação isolada entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível, mas de um intercâmbio entre linguagens sociais que ocorre no empreendimento ativo entre pessoas situadas histórica e culturalmente. E isso faz com que, ainda segundo o referencial construcionista, a importância do conhecimento em Psicologia Social esteja no fato de seu conhecimento constituir-se numa prática social que gera efeitos no comportamento social, à medida que produz compreensões da realidade (GERGEN, 2008), bem como no fato de que suas práticas estejam comprometidas tanto com a manutenção do poder instituído, instaurando condutas “desejáveis”, como comprometidas com a potencialização de intenções, posicionamentos e ações que subvertem os padrões instituídos (GERGEN, 2009).

Tendo-se entendido minimamente o que vem a ser a disciplina de Psicologia Social, bem como o modo como se produzem suas práticas, o passo em direção a um entendimento sobre o modo como se construíram ao longo dos últimos quatro anos as práticas discursivas, mediante publicações em periódicos, em Psicologia Social no Rio Grande do Sul exigiu-nos levantar um questionamento sobre os protagonismos teórico-epistemológicos e sobre os atuais critérios de cientificidade em Psicologia Social no Rio Grande do Sul. E a razão para isso residuiu, fundamentalmente, no fato de a Psicologia Social não ser unitária, mas diversa, e de ela não ser neutra, mas política, ideológica e carregada de valores. De fato, se fosse unitária e neutra, não haveria protagonismos e antagonismos epistemológicos e, logo, haveria uma espécie de forma padrão para se fazer Psicologia Social. No entanto, uma vez que podem ser detectados protagonismos e antagonismos, a resposta à pergunta sobre como se construíram as práticas discursivas em Psicologia Social no Rio Grande do Sul é impossível de ser encontrada ao se olhar para o padronizado ou normalizado, mas, antes, somente ao se olhar para as disparidades, para as dessemelhanças, enfim, para os protagonismos em contraposição aos antagonismos.

Mas não teria sido possível olhar para o que é díspar e dessemelhante sem tentar detectar aquilo que faz com que uma teoria, uma epistemologia ou um critério de cientificidade seja ou não protagonista. Ou seja, não teria sido possível identificar a oposição entre o que atualmente conta como epistemologia protagonista e o que só conta como antagonista sem olhar, é claro, para o *Qualis* periódicos da CAPES, esse instrumento que tanto preocupa os professores-pesquisadores ao estabelecer não só critérios de cientificidade, mas também uma espécie de linha divisória entre o que é bom e o que é mau.

Ao se olhar para o *Qualis* periódicos da área da Psicologia da CAPES, foi possível detectar que as pesquisas em Psicologia Social têm se pautado pela valorização de critérios de cientificidade característicos da epistemologia experimental, bem como por critérios ideológico-políticos que preconizam a manutenção do poder estatal nos estados democráticos. Dentre tais critérios científico-ideológico-políticos, estão a pretensa neutralidade do fazer psicológico, o prescritivismo de padrões de conduta úteis para o controle social, a utilização de diagnósticos psicológicos de forma automatizada, bem como a legitimação do papel social do psicólogo como um solucionador de vários problemas sociais.

De fato, as publicações em periódicos bem avaliados pelo *Qualis* são aquelas em que a Psicologia Social é tomada como um conhecimento que prescreve condutas normais e anormais em vários contextos: nas escolas, nas famílias, nos tribunais e nas empresas (ROSE, 2011). Dessa forma, os representantes do Estado não precisam utilizar a força para manter a ordem social, pois dispõem de um instrumento insuspeito – já que a ciência é neutra (desprovida de qualquer espécie de interesse) – que garante a governabilidade dos corpos (ROSE, 2011).

Estranhamente, no entanto, não encontramos nas publicações em periódicos “bem avaliados” reflexões críticas sobre o fazer psicológico, nem estudos que apontem para novas possibilidades de vivência social e que estejam comprometidos com valores ético-políticos de transformação social. Invariavelmente, essas abordagens estão ausentes das publicações mais bem cotadas e só ocorrem em estudos publicados em periódicos que aparecem na “parte de baixo” da classificação *Qualis*.

Igualmente ausentes das publicações mais bem cotadas estão os estudos que discutem a utilidade dos diagnósticos e denunciam seus efeitos nefastos, bem como os estudos que põe em discussão a prática do psicólogo como alguém que é mais do que um mero apaziguador de conflitos, mas um promotor de potências coletivas. Na verdade, o que está com a cotação em alta na área é justamente a apologia às práticas diagnósticas e a legitimação ou autoafirmação do papel sociopolítico do psicólogo como instrumento de ordem social.

Essa análise nos leva a pelo menos duas considerações finais. Em primeiro lugar, as atuais políticas CAPES desencorajam o fazer psicológico social fundamentado em epistemologias que ousam subverter a ordem do instituído – enquanto promotoras da crítica e fomentadoras da transformação social – na medida em que valorizam os

fazer epistemológicos prescritivistas e que estão a serviço da manutenção do *status quo* social e do controle estatal. E isso se verifica fortemente quando vemos que os recursos para pesquisa estão condicionados à hierarquia *Qualis*, o que faz com que sejam prioritariamente contemplados com recursos os professores-pesquisadores que trabalham na lógica da epistemologia experimental. Em segundo lugar, e em conexão direta com a primeira ideia, devemos notar que o modo como se construíram ao longo dos últimos quatro anos as práticas discursivas, através de publicações em periódicos, em Psicologia Social no Rio Grande do Sul, pautou-se majoritariamente pela adesão dos professores-pesquisadores aos padrões da epistemologia experimental.

Referências

- ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da Psicologia. *Scientiae Studia*, vol. 7, nº 2, 2009.
- ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- AMAZARRAY, Mayte Raya; THOMÉ, Luciana Dutra; SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de; POLETTO, Michele; KOLLER, Silvia Helena. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 25, nº 3, 2009.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de área 2009 – Psicologia*.
- COSTA, Ana Ludmila Freire; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, vol.13, nº 1, 2008.
- Critérios do Qualis de periódicos – área de Psicologia. 2009 - QUALIS PSICOLOGIA – Critérios.
- FARR, Robert M. *As raízes da Psicologia Social Moderna*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GERGEN, Kenneth J.. A Psicologia Social como história. *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, nº 3, 2008.
- _____. O movimento do construcionismo social na Psicologia moderna. *INTERthesis*, vol. 6, nº 1, 2009.
- GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.
- HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 27, nº 4, 2011.
- HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. La mosca en la sopa. La psicología política y la política en la Psicología. *Temas* (Ciudad de la Habana), nº 60, 2009.
- IBÁÑEZ GRACIA, Tomás. Los efectos políticos de la Psicología Social. *Quaderns de Psicologia*, vol. 7, nº 2, 1983.
- JAEGER, Regina Longaray; FONSECA, Tania Mara Galli. Vidas reduzidas à doença mental e a transversalização da clínica. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, vol. 2, nº 2, 2012.
- LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Para pensar... e depois fazer!. *Psicologia & Sociedade*,

- vol. 8, nº 1, 1996.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 28, nº 2, 2012.
- PACHECO, Janaína Thais Barbosa; HUTZ, Claudio Simon. Variáveis Familiares Preditoras do Comportamento Anti-Social em Adolescentes Autores de Atos Infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 25, nº 2, 2009.
- Pluralista. Em Ferreira, Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- Relatório da reunião da comissão editorial Capes/Anpepp (2007). Resultado da Avaliação de periódicos – 2007.
- REPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Claudio Simon. Effects of the History of Adoption in the Emotional Adjustment of Adopted Adolescents. *The Spanish Journal of Psychology*, vol. 12, nº 2, 2009.
- ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 25, nº 1, 2009.
- SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 26, nº 3, 2010.
- SOUSA, Edson Luiz André de. Um mar sem margens – a geografia utópica de Luiz Guides. *Associação Psicanalítica de Curitiba*, nº 21, 2010.
- _____. Quando os atos se tornam formas. *Correio da APPOA*, nº 213, 2012.
- SOUSA, Edson Luiz André de; ROSA JÚNIOR, Norton Cezar da. O adolescente em conflito com a lei: possibilidades e impasses do trabalho psicanalítico. *Correio APPOA*, nº 189, 2010.
- SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. Em: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. Em: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- VASQUES, Carla Karnoppi; MOSCHEN, Simone. Diagnóstico e escolarização: gestos de leitura em Educação Especial. *Revista Educação Especial*, vol. 25, nº44, 2012.

Karen Nunes Montes D'Oca.

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
E-mail: karennunesdoca@gmail.com

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo
Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.
E-mail: scarparo@pucls.br

¹ Pela Filosofia da Ciência, refere-se à aceitação de uma diversidade de princípios para explicar a “realidade” (FERREIRA, 1999, V. Pluralista).

² Denominamos teorias tradicionais aquelas que presumem produzir um conhecimento “verdadeiro” sobre a interação humana pela crença na aplicação do método dito “científico”.

³ “A indexicalidade refere-se à situacionalidade, ou vinculação com o contexto: o sentido muda à medida que a situação muda” (M. J. SPINK; MENEGON, 2004: 86).

⁴ Do PPG em Psicologia da PUCRS foram analisadas as publicações dos professores-pesquisadores da área de concentração “Psicologia Social”. Do PPG em Psicologia da UFRGS foram analisadas as publicações em periódicos dos professores-pesquisadores das linhas de pesquisa: “Desenvolvimento Social e da Personalidade”, “Desenvolvimento Social e Adolescência”, “Avaliação de Programas Sociais”, “Psicologia Comunitária e Intervenções Psicossociais”, “Populações em Situação de Risco Pessoal e Social”, “Desenvolvimento Social ao Longo do Ciclo Vital” e “Psicologia do Desenvolvimento Aplicada e Comunitária”. Do PPG de Psicologia Social e Institucional da UFRGS foram analisadas as publicações de todos os professores-pesquisadores.

⁵ Anteriormente os periódicos da Psicologia eram classificados em: Internacional (A e B), Nacional (A, B e C) e Local (A, B e C) (Relatório da Reunião da Comissão Editorial Capes/Anpepp, 2007).

⁶ Conforme tabela gerada dia 08/05/2013 na plataforma WebQualis da CAPES (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>).

⁷ Escolhemos como categorias os termos convencionados pela pesquisa de tradição, na medida em que queríamos identificar quais eram as pesquisas da tradição e quais não eram (pois nas que não eram havia uma outra estrutura de textual). Além delas, incluímos a categoria “observação”, na qual colocávamos impressões e questionamentos que as falas nos suscitavam e a categoria “trechos interessantes”, na qual, como o próprio nome sugere, copiávamos trechos que fossem, de algum modo, significativos.

⁸ Escala de Responsividade e Exigência Parental.

⁹ Escala de Auto-Estima de Rosenberg.

¹⁰ Inventário de Depressão Infantil.

¹¹ Teste do Sistema Familiar.